

Intervenção parcial na saúde não resolve

Todo mundo já sabe em Sergipe, que os zelosos Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual ajuizaram uma ação civil pública na Justiça, propondo intervenção do Ministério da Saúde na gestão dos recursos federais destinados ao Governo de Sergipe. De acordo com o procurador da República Ramiro Rockenbach e com a promotora estadual, Euza Missano, essa foi uma decisão necessária e não foi tomada de uma hora para outra. Há mais de um ano e meio, eles já vinham apurando os diversos problemas e, no final do ano passado, chegaram a essa conclusão, após fazerem uma recomendação direta ao Ministro da Saúde, solicitando providências que, até então, não haviam sido tomadas. Ou seja, ninguém em Brasília deu a mínima atenção aos pedidos do MPF/MPE de Sergipe. E, de lá para cá, na opinião dos promotores, a situação apenas se agravou.

“A nossa conclusão muito clara, baseada em vários relatórios, médicos e profissionais da Saúde, é de que falta tudo, que a situação é gravíssima, de que as pessoas estão correndo riscos e até morrendo por falta de medicamentos básicos. Nós não admitimos que a situação continue como está. Portanto, precisa ser feita, de imediato, uma intervenção do MS aqui em Sergipe, que suspenda todos os recursos federais destinados ao Estado”, afirmou Rockenbach à imprensa.

Nos últimos dias, no entanto, uma corrente formada por profissionais da área da Saúde, que se diz independente de toda e qualquer ingerência política existente hoje no Estado - e ninguém pode negar que essa influência política exista - resolveu questionar porque não se propõe então uma “intervenção geral”, que englobe também o município de Aracaju, pois, segundo esses profissionais, o caos no setor não é apenas “privilegio” do Estado. E eles me enviaram alguns questionamentos em torno da politização dessa crise: Por que os promotores utilizam dois pesos e duas medidas nessa questão? Em que os problemas da Saúde de Aracaju diferem dos problemas da Saúde do Estado? Como o Ministério da Saúde irá intervir num setor em que mais de 70% dos recursos aplicados vêm da conta única do Estado de Sergipe? Entre outros.

Confesso que procurei me informar melhor a respeito do tema, ouvindo especialistas isentos sobre os questionamentos acima. E cheguei a uma triste conclusão: Infelizmente, em um ano eleitoral como o que vivemos, fica difícil separar o joio do trigo, despolitizando as ações, por mais bem intencionadas que elas sejam. Uma intervenção nesses moldes não irá atender aos objetivos, principalmente, porque Aracaju e os demais municípios sergipanos se constituem também em verdadeiros sangradores das verbas da saúde administradas pelo Governo do Estado. Inclusive as verbas federais.

Mas o que fazer? É chegada a hora de um freio de arrumação. O que Sergipe precisa na área da Saúde não se resolve com intervenção do Ministério da Saúde (também abarrotado de sérios problemas administrativos) ou com judicialização das necessidades básicas dos cidadãos. A Saúde Pública de Sergipe tem um orçamento anual de R\$ 1 bilhão e precisa tão somente de um gestor capaz de enfrentar as “feras” que estão soltas por aí em vários segmentos, detonando, dia após dia, cada centavo do contribuinte que é aplicado no setor. Falta alguém que simplesmente diga: NÃO.